



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
01/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
01/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Vice-Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Vice-Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Manuel Marques Pereira, comunicou, ao abrigo do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que estará ausente entre 23 de setembro e 21 de outubro de 2015, pelo que, em virtude desta ausência, a vaga ocorrida será preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, **Dr.ª Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira.**

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 21, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2015
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 22, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2015
4. APROVAÇÃO DA ATA N.º 23, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2015

5. REQ. N. 993/15, DATADO DE 20/07/2015 – PC N.º 355/15, DATADO DE 17/10/2014 – HENRIQUE MARTINS PRIMO
6. REQ. N. 964/15, DATADO DE 15/07/2015 – PC N.º 153/15, DATADO DE 07/05/2015 – ANABELA PEREIRA COELHO
7. REQ. N. 1186/15, DATADO DE 24/08/2015 – PC N.º 434/14, DATADO DE 15/12/2014 – HIDROMARINHA, LDA.
8. REQ. N. 1428/15, DATADO DE 02/09/2015 – PC N.º 361/12, DATADO DE 30/11/2012 – SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.º DE DEZEMBRO
9. REQ. N. 1243/15, DATADO DE 01/09/2015 – PC N.º 273/14, DATADO DE 28/07/2014 – PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA.
10. REQ. N. 1299/15, DATADO DE 11/09/2015 – PC N.º 187/15, DATADO DE 04/06/2015 – TOBEHOME – IMOBILIÁRIA, S.A.
11. REQ. N. 329/14, DATADO DE 07/03/2014 – PC N.º 235/12, DATADO DE 09/08/2012 – MARIA JESUS SIMÕES
12. E/7472/2015 : SOLICITA ANÁLISE À FRAÇÃO SITA NA RUA ANÍBAL H. ABRANTES Nº 15 - CASAL DE MALTA POR QUESTÕES DE SEGURANÇA E DE HABITABILIDADE E SALUBRIDADE – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA
13. REQ. N. 3273/06, DATADO DE 22/09/2006 – PC N.º 385/03, DATADO DE 15/05/2003 – NOGUEIRA MATOS, LDA.
14. REQ. N. 1410/14, DATADO DE 24/09/2014 – PC N.º 146/14, DATADO DE 06/05/2014 – MARIA AVENILDE BRANCO PEDROSA
15. E/7508/2015 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA
16. E/7419/2015 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA
17. E/7313/2015 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL
18. REQ. N. 1140/15, DATADO DE 14/08/2015 – PC N.º 306/2015, DATADO DE 14/08/2015 – RIBERMOLD LDA.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
01/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

19. REQ. N. 1153/15, DATADO DE 17/08/2015 – PC N.º 310/2015, DATADO DE 17/08/2015 – 3DJR, UNIPESSOAL, LDA.
20. REQ. N. 1217/15, DATADO DE 27/08/2015 – PC N.º 329/2015, DATADO DE 27/08/2015 – PLIMAT – PLÁSTICOS INDUSTRIAIS MATOS, S.A.
21. REQ. N. 1151/15, DATADO DE 17/08/2015 – PC N.º 309/2015, DATADO DE 17/08/2015 – PLAFAM - PLANEAMENTO E FABRICAÇÃO DE MOLDES, LDA
22. REQ. N. 1096/15, DATADO DE 07/08/2015 – PC N.º 288/2015, DATADO DE 07/08/2015 – INJECT FORM – EMPRESA DE PLÁSTICOS, LDA.
23. REQ. N. 1287/15, DATADO DE 10/09/2015 – PC N.º 360/2015, DATADO DE 10/09/2015 – MOLIPOREX – MOLDES PORTUGUESES, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, S.A.
24. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
25. DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO – ARTIGO 20.º, N.º 2 DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES – PROPOSTA DE DECISÃO FINAL DE INDEFERIMENTO – SAMUEL ASSUNÇÃO SIMÕES
26. DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO – ARTIGO 20.º, N.º 2 DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES – PROPOSTA DE DECISÃO FINAL DE INDEFERIMENTO – LUÍS ANTÓNIO JORGE VARALONGA
27. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
28. ALIENAÇÃO DO LOTE DE TERRENO EM VIEIRA DE LEIRIA - PERDA DO EFEITO DA ARREMATACÃO E DO DIREITO AO SINAL PAGO
29. RESUMO DE TESOURARIA
30. APRESENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA MARINHA GRANDE PARA CONHECIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, será concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Encontram-se inscritos os seguintes munícipes:

1 - Sr. Alberto Costa Santos, residente na Rua da Forcada, nº 22 - Martingança, que na qualidade de Coordenador da Universidade Sénior da Marinha Grande, pretende falar sobre a cedência de instalações da Câmara para a **Universidade Sénior** e sobre as obras de requalificação do espaço da ASURPI.

O município anulou o pedido de atendimento.

2 - Sr. Arnaldo Granjeiro Silva Branco, residente na Rua da Fé, Casa da Estátua nº 24 - Pedra de Cima, Marinha Grande, que falou sobre o projeto de urbanização nº 453/05, de que é titular, e que segundo afirma está com um técnico há ano e meio. Tem tentado falar com esse técnico mas este não o atende. Sente-se gozado e humilhado, uma vez que tem tirado sucessivas licenças da vala, que são pagas, e estas vão caducando, assim como têm andado de projecto em projecto, para ganhar tempo, fazendo-o gastar dinheiro. Disse ainda que lhe tem sido exigido o afastamento da linha de água, e mais tarde foram feitas habitações em cima dessa linha de água. Exige uma explicação sobre o seu projecto, que esteve vendido mas cujo negócio foi estragado pela Câmara.

O **Sr. Vice-Presidente** disse que vai remeter o assunto apresentado pelo Sr. Arnaldo aos serviços para que lhe dêem uma resposta por escrito, informando em que fase está o seu processo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

⇒ Colocou as seguintes questões, algumas para resposta escrita:

1. “Casa da Marcolina” – qual o ponto de situação do aluguer?
2. Comissão de acompanhamento do PDM – só reuniu uma vez?

3. Garantias bancárias para o parque de estacionamento da antiga CRISAL e do espaço em frente ao MacDonald's, na Estrada da Moita – quais são, qual o valor, ponto de situação e passos futuros.
4. Agrupamentos Nascente e Poente – funcionam de forma diferente. A Câmara tem alguma responsabilidade nestas anomalias? E se tem, porquê? As AEC's iniciaram-se dia 7, e no Agrupamento Nascente algumas ainda não funcionam e outras não funcionam no final do horário escolar, mas partindo o tempo ao meio, entre dois horários escolares. Qual a razão?
5. Linha verde da TUMG – dizem que não cumprem horários e alteraram a paragem para mais longe. É verdade?
6. Compra das senhas das cantinas escolares – pediu e sugeriu que pudesse ser feita por Multibanco. Pretende saber se já houve alguma evolução.
7. Orquestra Juvenil – a Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande denunciou o incumprimento no pagamento. Qual o ponto de situação?

⇒ Requeru 2 listagens completas de:

- todos os ajustes diretos deste mandato,
- todos os ajustes diretos até 5.000€ (somatório de todos neste mandato), devendo incluir o bem/ a entidade/ o valor da compra (independentemente de ter sido pago ou não).

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Saudou o Sr. Vice-Presidente nas suas novas funções, e desejou as melhoras ao Sr. Presidente da Câmara.
- ⇒ Sobre a intervenção do Sr. Branco parece-lhe que para situações iguais há tratamentos desiguais. A ser com o munícipe refere não lhe parece que uma instituição pública possa agir assim, uma vez que todos são munícipes com direitos iguais.
- ⇒ Sobre o momento que se vive actualmente no concelho referiu que o Sr. Vice-Presidente pediu a ajuda de todos, mas ele sempre ajudou e sempre apoiou a consolidação e governabilidade da Câmara, a bem de todos os munícipes. Sempre apoiou a coligação com a CDU, e também sempre disse à população que só saía do seu emprego se ganhasse as eleições, pois é disso que vive. Não ganhou, daí que não tenha pelouros. É verdade que foi pedida ajuda, mas o Vice-Presidente, com a Vereadora, fez a assunção da governação em sentido pleno, como se tivessem a maioria, embora venham depois pedir apoio. Pedir ajuda política para governar o concelho sem auscultar e sem distribuir pelouros por quem foi a votos parece-lhe um pedido descontextualizado. O executivo permanente é que tem que ajudar os Vereadores para que estes votem os assuntos.
- ⇒ Informou que não vai apresentar qualquer proposta para o Orçamento, porque há seis anos que anda a dizer o que quer, ele e o PSD. Vai ajudar, embora não

estejam a cumprir o seu programa. É verdade que está lá a piscina mas não se pode fazer porque se sabe que não há fundos e o Portugal 2020 não é para isso. Em 2009 disse que a sua política não era a política do não, pelo que vai dar ajuda, desde que se proponham fazer aquilo que anda a pedir há seis anos:

- Mercado Municipal
- Saneamento básico
- Desmaterialização dos serviços
- Sinalética
- Creche da IVIMA
- Revitalização do Centro Histórico

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Sobre a intervenção do munícipe Sr. Arnaldo Branco, questionou porque não se deu uma resposta a tempo ao munícipe, uma vez que este refere que o processo tem mais de dez anos. Disse ainda que se deve indagar quem tratou o munícipe tão mal, como ele aqui descreveu.
- ⇒ Felicitou o treinador de hóquei em patins Nuno Lopes, por ter conquistado a supertaga nacional, ao serviço do Sporting Clube de Portugal.
- ⇒ Felicitou o judoca Eric Domingues, do Judo Clube da Marinha Grande, por se ter sagrado vice-campeão mundial em judo, na categoria de veteranos, na prova que decorreu em Amesterdão, na Holanda.
- ⇒ Felicitou a Patinagem de velocidade marinhense. Nos campeonatos nacionais realizados em Canelas mais de quatro dezenas de patinadores marinhenses tiveram um desempenho extraordinário, sagrando-se campeões nacionais nos diversos escalões. Enquanto nos mais novos o clube que mais títulos arrebatou a nível nacional foi o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, foi o clube Inline de Casal Galego que se sagrou campeão nacional nos mais velhos, os seniores/masters.
Realçou que no nosso concelho existem actualmente quatro clubes e a modalidade está em franco crescimento com cada vez mais atletas. Lamentavelmente o executivo permanente continua a discriminar esta modalidade que tantos atletas envolve e títulos traz para a nossa terra, não a incluindo no regulamento dos atletas federados. Tem insistido inúmeras vezes neste assunto, dizendo que o regulamento tem de ser alterado, no entanto, passados estes anos, insistem em não rever o regulamento de modo a torná-lo equitativo para todas as modalidades que se praticam no nosso concelho, prejudicando as equipas e os atletas patinadores de velocidade.
- ⇒ No relatório presente na Assembleia Municipal, está mencionado que a Câmara fez controlo à qualidade das águas no 3.º trimestre e não foram verificados incumprimentos.

Pretende saber como e onde é feito este controlo de qualidade das águas, e se é feito nas torneiras das casas. Agradecia também que fosse informado se o problema das águas turvas está resolvido.

⇒ A Rua do Olheirão na Moita é um caso de longa data, complicado, que já aqui referiu por diversas vezes nas reuniões de Câmara. A questão principal prende-se com o saneamento que foi feito, mas que não funciona. Por outro lado as águas pluviais correm pela rua abaixo e vão depositar-se num terreno privado. Os proprietários há anos que tentam resolver o problema, mas deparam-se com o empurrar de responsabilidades entre a Junta de Freguesia e a Câmara.

Da última vez que aqui abordou este assunto o Sr. Vereador Paulo Vicente informou que o assunto estava a ser resolvido pelo Presidente da Junta de Freguesia da Moita. Ora na passada segunda-feira, na Assembleia de Freguesia da Moita, o Sr. Presidente da Junta da Moita foi inquirido sobre este assunto e afirmou “a Câmara tem a solução e estou à espera que seja resolvido antes do inverno”.

Pelos vistos então o Sr. Presidente da Junta da Moita diz que a solução é a Câmara que a tem. Perante isto, pretende saber:

- a) Que solução é que a Câmara tem para aquele problema?
- b) Quando prevê a Câmara ter o problema resolvido? Pede que seja resolvido antes do inverno e que não se espere que chova para voltar a ter um lago na Moita.

⇒ Foi notícia esta semana que a Câmara vai reabilitar a Estrada da Água Formosa. Gostaria de deixar bem expresso que se congratula com esta decisão por responder aos anseios dos munícipes Vieirenses.

Finalmente a Câmara decidiu intervir numa estrada florestal, da responsabilidade do ICNF, como tantas que estão em mau estado nas matas. Apesar da degradação do pavimento da estrada da Água Formosa, considera que não tem comparação com outras, como por exemplo a estrada do Tremelgo.

Por essa razão questionou:

- a) Se a gestão da estrada não é da competência da CM, gostava de saber se houve algum acordo entre esta e o ICNF para a intervenção realizada, e se sim, quais os custos que o Instituto assume. Se não, como pensa a CM solicitar o ressarcimento do custo desta intervenção?
- b) A intervenção em algumas estradas da mata, sobretudo as que mais afectam os munícipes, é para continuar? Se sim, quais as prioridades?
- c) Qual o critério para se ter iniciado a reabilitação de estradas da mata pela Estrada da Água Formosa, na Vieira, e não qualquer outra estrada?

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

⇒ Os assuntos que vai colocar, aos olhos do Sr. Vereador Carlos Logrado, poderão parecer menores, minudências, mas para si não o são e por isso vai colocá-los.

- ⇒ Assim, relativamente à munícipe Rita Andrade, que pede a mudança do contentor na Embra, quer perguntar ao Sr. Vice-Presidente se se deslocou mesmo ao local e verificou *in loco*, porque o argumento para este loteamento, da existência de local próprio, nem sempre é utilizado noutros locais. O contentor onde está incomoda, há cheiro e há possibilidade de deslocá-lo, pelo que pretende uma informação concreta sobre o problema.
- ⇒ Sobre a atribuição de nomes de ruas a pedido da população de Vieira de Leiria, disse que efectivamente não é porta-voz da Assembleia de Freguesia mas é dos munícipes. Deve-se olhar para aquilo que é pedido, e dizer se é possível ou não fazê-lo. Chegou-lhe agora um abaixo-assinado com mais de 200 assinaturas, que é um pedido concreto, que também chegou a todos os Vereadores, e que merece que todos reflectam sobre o assunto, que já aqui trouxe em maio e setembro últimos.
- ⇒ Sobre o pedido feito pela cafetaria d'Arte vai reflectir e apresentá-lo-á mais tarde aqui na reunião de Câmara.
- ⇒ Em relação à intervenção da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande na Assembleia Municipal, sobre a Orquestra Juvenil, disse que comunga das preocupações do Sr. Vereador Carlos Logrado, porque também ficou preocupada e por isso quer saber a posição da Câmara.
- ⇒ Obras paradas em S. Pedro – há um terreno situado em frente à casa do Arqt.^o Gonçalo Birne que tem uma grua enorme há vários meses, pelo que pretende saber o que se passa com a obra: está embargada? Está parada? Gostaria de ver o processo, que julga existir.
- ⇒ Felicitou também o treinador de hóquei em patins Nuno Lopes e o judoca Eric Domingues. Referiu ainda que a patinagem de velocidade está em crescendo no concelho e que deve ser apoiada pela Câmara e que comunga as felicitações apresentadas pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Saudou e deu as boas-vindas a todos os munícipes presentes.
- ⇒ Referiu que irá aflorar a questão apresentada pelo Sr. Vereador António Santos, relativa ao momento vivido no concelho, para dizer que acredita no Sr. Vice-Presidente, mas que lhe parece que a situação política da Marinha Grande se irá alterar dentro de pouco tempo. Deverão estar atentos à situação e à sua evolução futura. Está a pensar se devem ou não apresentar propostas para o Orçamento, pois não querem que seja apenas um amontoado de ideias. Tem que haver uma estratégia. Irão participar em termos de grandes decisões, para que os saldos de gerência não continuem a ser os mesmos e se invistam os dinheiros.
- ⇒ Pediu à Sr.^a Vereadora Cidália Ferreira que reveja os protocolos de apoios às colectividades, sabendo que também teve responsabilidade. Entende que alguns termos devem ser alterados, porque poderão criar algumas dificuldades a algumas associações.

Nesta altura o **Sr. Vereador Carlos Logrado** interrompeu, dizendo que o Vereador teve 2 anos para fazer isso, tendo este respondido que ele não passa de um demagogo e populista.

Prossegiu dizendo que se deve intervir, daí que não tenha assinado nenhuma proposta dos serviços antes das férias.

- ⇒ Cinema – pretende saber qual o ponto de situação, uma vez que a passagem de filmes na Marinha Grande e em Vieira de Leiria está negociada há mais de um ano e continua sem aparecer.
- ⇒ A munícipe D. Lídia Domingues, residente na Travessa do Bico da Garcia, coloca um problema relativo a cães que estão numa propriedade vizinha da sua. Têm dono mas estão lá. Tem o contacto da munícipe e irá fornecê-lo.
- ⇒ Congratulou-se também com o feito desportivo alcançado pelo treinador Nuno Lopes.
- ⇒ Sobre a patinagem de velocidade referiu que tem sido apoiada, embora não no âmbito do desporto federado. A proposta de regulamento que deixou à Sr.ª Vereadora já contempla este apoio.
- ⇒ Orquestra Juvenil – sabe que o assunto está há meses nas mãos do Sr. Presidente da Câmara.
- ⇒ Eleições para a AR 2015 – referiu que a CDU continua a preocupar-se também com as questões nacionais, pelo que apelou aos marinhenses para que votem no próximo domingo e que o façam em consciência.
- ⇒ Terminou referindo que lamenta algumas intervenções do Sr. Vereador Carlos Logrado, que em nada o dignificam.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira cumprimentou todos os presentes neste seu regresso e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Referiu que se trata de uma reunião viva, em termos de discurso político, porque as eleições estão à porta. Todos devem exercer o seu direito de voto, porque é assim que a democracia funciona em pleno.
Mas a política também se faz trabalhando, e é por isso que aqui estão todos e é também por isso que veio substituir o Sr. Presidente da Câmara. Não será neste período que se irão fazer alterações, vai apenas ser dada continuidade, na expectativa da breve reintegração do Sr. Presidente. O futuro será o que se seguir.
- ⇒ Comemorações do Dia Internacional do Idoso – há 24 anos que se comemora no dia de hoje, e visa sensibilizar para o envelhecimento da população e para a necessidade de encontrar políticas para o envelhecimento ativo. Vai haver várias intervenções na área do nosso concelho. Neste momento já há o apoio social no terreno por parte da Câmara, embora com algumas dificuldades. O Centro de Saúde também tem este apoio há 2 anos. Há ainda a articulação com a GNR, com a Rede do CLAS, com a Associação S. Silvestre, com a Associação de Casal Galego, com os 2 lares e as 2 universidades seniores, e ainda com tantas outras associações que atuam nesta área.

Há muita diversidade neste apoio, mas continua a exigir uma especial atenção. Hoje, no Parque da Cerca, serão realizadas algumas actividades, para as quais convidou todos os presentes, entre as quais uma caminhada, exercícios de mobilidade e danças.

Salientou que é importante que se pense cada vez mais em políticas sociais, até porque o INE prevê que em 2050 1/3 da população portuguesa seja idosa.

O **Sr. Vice-Presidente** informou que a TUMG se associou à celebração deste dia, disponibilizando hoje transporte gratuito para todos, a partir dos 60 anos.

- ⇒ Dia Mundial do Turismo – a Sr.^a Vereadora informou que o dia foi comemorado com o lançamento do guia turístico do concelho em braille, por proposta apresentada pela Sónia Santos, que é invisual e que o realizou de forma gratuita. Disse que teve a honra de fazer a sua divulgação no passado domingo, e que esta ação, para além de alertar para a integração das pessoas com estas deficiências, é também importante na divulgação do nosso concelho.

Referiu que pretende deixar registado um voto de louvor e reconhecimento pelo empenho da Dr.^a Sónia Santos no lançamento deste guia.

Os restantes membros do executivo foram unânimes neste louvor e reconhecimento.

O Sr. Vice-Presidente cumprimentou todos os presentes e respondeu o seguinte às questões colocadas:

- ⇒ Pediu ao Sr. Vereador Carlos Logrado que lhe envie, por e-mail, as questões que colocou durante a sua intervenção.

- ⇒ Informou que as AEC's passaram para os Agrupamentos, assim como a contratação do pessoal, sendo aqueles que gerem e contratam o pessoal necessário. Teve apenas conhecimento de uma exposição de uma encarregada de educação relativamente a uma situação. Pediu informações aos serviços para saberem junto do Agrupamento se é assim ou não.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** questionou se pode ser imputada alguma responsabilidade à Câmara, pelo facto de um Agrupamento funcionar bem e outro não.

O **Sr. Vice-Presidente** voltou a afirmar que os agrupamentos dispõem de total autonomia para esta gestão, o que não impede que possa pedir informações.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou se pode concluir que a Câmara não tem nenhuma responsabilidade.

O **Sr. Vice-Presidente** respondeu que sim, e a **Sr.^a Vereadora Cidália Ferreira** confirmou a total autonomia dos Agrupamentos.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que sabe dessa autonomia, que não põe em causa, mas só quer saber se a Câmara está completamente livre de lhe ser imputada qualquer responsabilidade.

A **Sr. Vereadora Cidália Ferreira** voltou a afirmar que os horários e a gestão das AEC's são da inteira responsabilidade dos Agrupamentos.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que lhe chegou informação de que a alteração do modelo dos horários das AEC's teria que ver com limitações de meios.

O **Sr. Vice-Presidente** disse que as limitações são dos meios dos Agrupamentos.

⇒ Relativamente à compra das senhas no Multibanco informou que ainda está em fase de carregamento de dados e que já levou a situação à Chefe da DCD. O processo está em andamento, mas atrasou-se devido à abertura do ano letivo.

⇒ Orquestra Juvenil – está agendada uma reunião coma Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia, para a próxima^a feira, e este assunto será um deles. Não sabe responder ao arrastar desta situação porque o assunto não passou por si, o que pode informar é que a Sr.^a Vereadora Cidália vai agora pegar no processo.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que é necessário que fique claro que o assunto estava há algum tempo nas mãos do Sr. Presidente da Câmara.

O **Sr. Vice-Presidente** disse que a resolução do assunto passa pela integração num contrato interadministrativo, que terá que ser aprovado aqui, em reunião de Câmara.

⇒ Resposta tardias a munícipe – sobre o que se passou em 1998 e 2005 não se vai pronunciar porque não conhece o processo, pelo que irá pedir resposta à Chefe da Divisão. No que se refere à reclamação sobre o mau trato entende que deve ser feita na hora, pois existe um livro de reclamações para o efeito, porque neste momento é já tardio.

⇒ Atletas federados – a **Sr.^a Vereadora Cidália Ferreira** informou que os apoios a estes atletas está a ser visto no novo regulamento, cujos aspectos estão a ser ultimados, e que irá enviar para todos na próxima semana, por e-mail, para que possam propor a inclusão de sugestões e alterações. Disse que espera que respondam, de modo a que possa estar presente na próxima reunião.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que neste momento o facto é que a patinagem de velocidade está excluída do regulamento nos apoios federados. O regulamento existente é assim.

Seguiu-se uma troca de palavras entre os Vereadores Aurélio Ferreira, Vítor Pereira e Alexandra Dengucho, relativamente aos apoios à patinagem de velocidade, tendo o Sr. Vereador Vítor Pereira afirmado que a Escola foi apoiada em 3.000€.

O **Sr. Vice-Presidente** disse que a Sr.^a Vereadora Cidália já informou como vai ser a metodologia com vista à aprovação do novo regulamento, tendo em conta a nova forma de atuação que o Sr. Presidente da Câmara já tinha anunciado. Há um regulamento, que vai ser alterado.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** questionou se vem à próxima reunião.

A **Sr.^a Vereadora Cidália Ferreira** disse que tem de haver discussão pública, tal como prevê o novo CPA.

⇒ O **Sr. Vice-Presidente** respondeu ao Sr. Vereador António Santos, dizendo que os pelouros são do Presidente da Câmara, e ele delega-os em quem entende.

Nesta fase em que o substitui não vai fazer alterações, porque a situação de ausência é de 29 dias. Entendeu que deveria dar meio tempo à Sr.^a Vereadora Cidália Ferreira, porque não deveria ficar com tudo. Se o Presidente da Câmara, ao regressar, entender fazer uma redistribuição, fá-la-á.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que falaria sempre deste assunto, mesmo sem a presença do Presidente da Câmara, e voltará a falar quando ele regressar.

- ⇒ O **Sr. Vice- Presidente** disse que tomou nota das propostas orais apresentadas pelo Sr. Vereador António Santos para o Orçamento, e reforçou o pedido feito na reunião anterior, para que até ao próximo dia 5 de outubro os Srs. Vereadores enviem as suas propostas, para que depois se realize uma reunião informal.
- ⇒ Água – anualmente é proposto ao ERSAR o QCA e são aprovadas as análises. Estas são feitas nas bocas dos furos, à saída dos depósitos e são escolhidos aleatoriamente diversos pontos de abastecimento, de acordo com as normas estabelecidas com a ERSAR. Os serviços de saúde também fazem análises e comunicam-nas à Câmara. Quando se verificam incumprimentos há prazos para corrigir e depois é feita a contra-análise. Para Picassinos está-se a trabalhar numa solução definitiva, não tem havido problemas, mas caso se verifiquem vai-se logo ao local.
- ⇒ Estradas florestais – o arranjo previsto beneficia mais a população de Leiria. Houve negociações com a Câmara de Leiria, e o ICNF não autorizou o que se queria. Não irão participar com nada, e como vai servir dois concelhos a despesa será comparticipada por Leiria em 50%. O critério de intervenção foi este, porque servia uma grande população.
- ⇒ Tremelgo e parte do Pilado – está a ser ponderado obter autorização do ICNF, que é só aquilo que concedem, exigindo contudo fiscalizar as obras.
- ⇒ Contentores – a informação da técnica da área do ambiente diz que naquele loteamento está definido o local para colocação dos contentores. Vai-se estudar a possibilidade de alteração, mas tem que se ver se a mudança é legal, uma vez que se trata de um loteamento. Nos locais não integrados em loteamento é diferente. O assunto vai ser estudado e depois será dada uma resposta.
- ⇒ Toponímia – a Sr.^a Vereadora trouxe aqui uma proposta da Assembleia de Freguesia, que tem a sua própria Mesa, que trará a proposta à Câmara. Estas propostas têm que ser maturadas e analisadas, e não é um abaixo-assinado que vai fazer retirar um nome de uma rua para se pôr outro. Este local que é pedido é o Largo dos Pescadores.
Seguiu-se uma troca de palavras entre o Sr. Vice-Presidente e a Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho.
- ⇒ Obras paradas – o Sr. Vice-Presidente informou a Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho que se pode dirigir, como Vereadora, à Chefe da DOT para consultar o processo em causa.
- ⇒ Antes de terminar a sua intervenção, o Sr. Vice-Presidente voltou a reiterar o pedido de propostas para o Orçamento, pois quer ouvir a oposição.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
01/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

⇒ Rua do Olheirão – informou que já marcou duas reuniões na Junta de Freguesia da Moita com a Sr.ª queixosa e ela faltou. Quando foi licenciada uma moradia ao lado já foi previsto salvaguardar as cedências para a linha de água, com as condições exigidas. Quer esta Sr.ª quer os seus antecessores devem dizer o que é que foi negociado, porque os executivos passam mas as responsabilidades ficam. Referiu ainda que só tem que convocar o proprietário, que não compareceu, por isso o que lhe parece é que não quer resolver o problema.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** apelou, em nome da transparência, para que todos os Vereadores coloquem as suas declarações de rendimentos no site do Município.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o Sr. Vice-Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:10 horas às 11:20 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 21, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2015

Retirado da ordem do dia.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 22, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2015

Retirado da ordem do dia.

4 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 23, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2015

Retirado da ordem do dia.

5 - REQ. N. 993/15, DATADO DE 20/07/2015 – PC N.º 355/15, DATADO DE 17/10/2014 – HENRIQUE MARTINS PRIMO

640 - Presente pedido com o registo n.º 993/15, datado de 20/07/2015 relativo a **legalização de alterações num edifício destinado a armazém**, existente na Rua da Indústria Metalúrgica, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 686 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.862, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 355/14, com data de entrada de 17/10/2014, apresentado por **HENRIQUE MARTINS PRIMO**, com o NIF 190 963 166, residente na Rua da Juventude, moradia A, n.º 55, Marinha Grande, solicitando a aprovação do projeto de arquitetura.

Presente informação técnica, datada de 15/09/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser aprovado.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo ao pedido de legalização de alterações num edifício destinado a armazém, existente na rua da Indústria Metalúrgica, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 686 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19862, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 355/14, com data de entrada de 17/10/2014, apresentado por **HENRIQUE MARTINS PRIMO**, com o NIF 190 963 166, residente na Rua da Juventude, moradia A, n.º 55, Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a verificar como necessários ao bom acabamento da obra.

Delibera igualmente informar que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 964/15, DATADO DE 15/07/2015 – PC N.º 153/15, DATADO DE 07/05/2015 – ANABELA PEREIRA COELHO

641 - Presente pedido com o registo n.º 964/15, datado de 15/07/2015 relativo à apresentação dos projetos de especialidades referentes ao processo de licenciamento e

legalização de alterações a um edifício existente na Rua Pires de Campos, n.º 84 e 86, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 712 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.632-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 153/15, com data de entrada de 07/05/2015, apresentado por **ANABELA PEREIRA COELHO**, com o NIF 186 471 122, residente na Rua 25 de Abril, loja 1-B, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 25/06/2015;
Presente informação técnica, datada de 11/09/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.
Presente informação técnica, datada de 22/09/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento e legalização de alterações a um edifício existente na Rua Pires de Campos, n.º 84 e 86, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 712 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.632-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 153/15, com data de entrada de 07/05/2015, apresentado por **ANABELA PEREIRA COELHO**, com o NIF 186 471 122, residente na Rua 25 de Abril, loja 1-B, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação do ato de licenciamento, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
- 4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1186/15, DATADO DE 24/08/2015 – PC N.º 434/14, DATADO DE 15/12/2014 – HIDROMARINHA, LDA.

642 - Presente pedido com o registo n.º 1186/15, datado de 24/08/2015, relativo a apresentação de **projetos de especialidade**, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 434/14, referente ao licenciamento da construção de um **edifício destinado a armazém, serviços e comércio e respetivos muros de vedação**, no prédio sito na Estrada de Leiria, Km 9,36, na Zona Industrial da Marinha Pequena, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.111 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3.602, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com data de entrada de 15/12/2014, apresentado por **HIDROMARINHA, LDA.**, com o NIPC 505791900, com sede na Rua José Alves Júnior, Pedrulheira, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 19/02/2015.

Presente informação técnica, datada de 11/09/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 24/09/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de um **edifício destinado a armazém, serviços e comércio e respetivos muros de vedação**, no prédio sito na Estrada de Leiria, Km 9,36, na Zona Industrial da Marinha Pequena, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.111 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3.602, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com data de entrada de 15/12/2014, apresentado por **HIDROMARINHA, LDA.**, com o NIPC 505791900, com sede na Rua José Alves Júnior, Pedrulheira, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação do ato de licenciamento, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 01/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 1428/15, DATADO DE 02/09/2015 – PC N.º 361/12, DATADO DE 30/11/2012 – SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.º DE DEZEMBRO

643 - Presente pedido com o registo n.º 1248/15, datado de 02/09/2015 relativo a apresentação de projetos de especialidade, referentes à legalização de alterações e ampliação de um edifício destinado a sede da coletividade, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.616 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.043, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 361/12, com data de entrada de 30/11/2012, apresentado por **SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.º DE DEZEMBRO**, com o NIPC 501 623 906, com sede na Rua Principal, n.º 39, Pero Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 22/01/2015;

Presente informação técnica, datada de 17/09/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 25/09/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo à legalização de alterações e ampliação de um edifício destinado a sede da coletividade, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.616 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.043, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 361/12, com data de entrada de 30/11/2012, apresentado por **SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.º DE DEZEMBRO**, com o NIPC 501 623 906, com sede na Rua Principal, n.º 39, Pero Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1243/15, DATADO DE 01/09/2015 – PC N.º 273/14, DATADO DE 28/07/2014 – PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA.

644 - Presente pedido com o registo n.º 1243/15, datado de 01/09/2015 relativo a projetos de especialidades referentes à **legalização de ampliações efetuadas num edifício destinado a Creche e ATL**, sito na Estrada do Guilherme, n.º 59, Amieirinha, Marinha Grande, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 14.124 e 16.495, inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.º 8.852 e n.º 18.945-P, respetivamente, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 273/14, com data de entrada de 28/07/2014, apresentado por **PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA.**, com o NIPC 508 381 703, com sede na Rua do Guilherme, n.º 59, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 30/04/2015;

Presente informação técnica, datada de 22/09/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 25/09/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de ampliações efetuadas num edifício destinado a creche e ATL, sito na Estrada do Guilherme, n.º 59, Amieirinha, Marinha Grande, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 14.124 e 16.495 e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.º 8.852 e n.º 18.945-P, respetivamente, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 273/14, com data de entrada de 28/07/2014, apresentado por **PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA., com o NIPC 508381703, com sede na Rua do Guilherme, n.º 59, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 30/04/2015.**

Mais delibera:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1299/15, DATADO DE 11/09/2015 – PC N.º 187/15, DATADO DE 04/06/2015 – TOBEHOME – IMOBILIÁRIA, S.A.

645 - Presente requerimento n.º 1299/15, datado de 2015/09/11, constante do processo camarário n.º 187/15, subscrito por TOBEHOME – IMOBILIÁRIA, S.A., com o NIPC n.º 507185625, com sede em Rua Latino Coelho, 1, 6.º – Edifício Hi Fly, Sala 5, Avenidas Novas, freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização de alteração de edifício de habitação existente*”, da “*Alteração de edifício de habitação existente*”, da “*Demolição de anexo existente*” e da “*Construção de anexo destinado a garagens e arrumos*”, bem como o pedido de emissão de certidão comprovativa em como se encontram reunidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal, composto por dois fogos destinados ao uso habitacional, sito num prédio urbano localizado na Rua Marquês de Pombal, n.º 90, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.028, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 6.981, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 09/07/2015.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/09/23, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – o pedido de licenciamento da *“Legalização de alteração de edifício de habitação existente”*, da *“Alteração de edifício de habitação existente”*, da *“Demolição de anexo existente”* e da *“Construção de anexo destinado a garagens e arrumos”*, bem como o pedido de emissão de certidão comprovativa em como se encontram reunidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de propriedade Horizontal, composto por dois fogos destinados ao uso habitacional, a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua Marquês de Pombal, n.º 90, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8028, e inscrito na respetiva matriz sob o número 6981, com o número de processo 187/15, com data de entrada em 2015/06/04, apresentado por TOBEHOME – IMOBILIÁRIA, S.A., com o NIPC n.º 507185625, com sede em Rua Latino Coelho, 1, 6.º – Edifício Hi Fly, Sala 5, Avenidas Novas, freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, cujo projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 09/07/2015, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao correto acabamento da obra.

Mais delibera:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
- 4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 329/14, DATADO DE 07/03/2014 – PC N.º 235/12, DATADO DE 09/08/2012
– MARIA JESUS SIMÕES

646 - Presentes requerimentos n.º 1327/12, n.º 1543/12, n.º 649/13, e n.º 329/14, registados em 2012/08/09, 2012/09/19, 2013/04/30 e 2014/02/07, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 235/12, referente a pedido de **licenciamento de obra de alteração (legalização) de uma moradia**, sita na Travessa da Lota n.º 7 - Praia Da Vieira, freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, erigida no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.180 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 1.854, apresentado por MARIA JESUS SIMÕES, com o NIF 167178342, residente na Rua do Barrolo, n.º 275, Zambujo, freguesia de Cortes, município de Leiria.

Presente parecer técnico datado de 2015/09/16, que indica não estar o projeto de arquitetura apto para aprovação por o mesmo violar normas legais e regulamentares aplicáveis.

Após análise dos pedidos formulados pelos requerimentos registados sob os n.º 1327/12, n.º 1543/12, n.º 649/13, e n.º 329/14, registados em 2012/08/09, 2012/09/19, 2013/04/30 e 2014/02/07, respetivamente, constante no processo camarário n.º 235/12, referente a pedido de licenciamento de obra de alteração (legalização) de uma moradia, sita na Travessa da Lota n.º 7 - Praia Da Vieira, freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, erigida no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.180 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 1.854, apresentado por MARIA JESUS SIMÕES, com o NIF 167178342, residente na Rua do Barrolo, n.º 275, Zambujo, freguesia de Cortes, município de Leiria, bem como do parecer técnico de 2015/09/16, a Câmara Municipal delibera notificar a requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 19 de novembro por:

1- O pedido não se encontra instruído com título de utilização dos Recursos Hídricos emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente - Administração da Região Hidrográfica – Centro (ARH), vinculativa na operação requerida em virtude do prédio se situar em Domínio Público Marítimo.

2) O projeto não assegurar as orientações contidas na Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, n.º 11º n.º 3- alíneas a) e b), n.º 4 alíneas a) a c) e h), nomeadamente:

- Planta de implantação, à escala 1/200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20 metros a contar dos limites do prédio, incluindo os arruamentos de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, muros arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização dos contadores

ou baterias de contadores e recetáculos postais, inscrição de todas as confrontações e ainda as condicionantes existentes, designadamente as infraestruturas.

- Plantas à escala 1/50 ou 1/100, contendo a representação gráfica dos compartimentos propostos devidamente cotados.

- A memória descritiva e justificativa do projeto não contempla o enquadramento da pretensão nos planos de ordenamento do território vigentes para o local — Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Ovar-Marinha Grande e Plano Diretor Municipal da Marinha, a inserção urbana e paisagística da edificação referindo em especial a sua articulação com o edificado existente e o espaço público envolvente, a indicação de valores finais de área de construção, volumetria, área de implantação, cêrcea e número de pisos, tipologia do fogo.

3- Não é apresentado plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 163/06, de 8 de agosto, e artigo 56º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG.

Delibera ainda informar:

1- A transcrição do Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, tal como foi apresentado, não formaliza um Plano de Acessibilidade.

2- O conteúdo da memória descritiva deve ter em conta as orientações do RMEUMMG, tais como as definições constantes do artigo 3º daquele Regulamento, quanto a:

- «Área bruta de construção» valor numérico, expresso em metros quadrados, resultante do somatório das áreas de todos os pavimentos, acima e abaixo do solo, medidas pelo extradorso das paredes exteriores, incluindo comunicações verticais (nomeadamente escadas, rampas e caixas de elevadores) e alpendres e excluindo os espaços livres de uso público, cobertos pelas edificações, zonas de sótãos sem pé-direito regulamentar, terraços descobertos e estacionamento e serviços técnicos instalados nas caves dos edifícios;

- «Área de implantação» é a área de solo delimitada pelo perímetro exterior do contacto do edifício com o solo acrescida, quando aplicável, da área de solo delimitada pelo exterior das paredes exteriores dos pisos em cave, na parte que se situa fora da prumada do perímetro exterior do contacto do edifício com o solo, excluindo varandas balançadas não cobertas e beirados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - E/7472/2015 : SOLICITA ANÁLISE À FRAÇÃO SITA NA RUA ANÍBAL H. ABRANTES Nº
15 - CASAL DE MALTA POR QUESTÕES DE SEGURANÇA E DE HABITABILIDADE E
SALUBRIDADE – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA

647 - Presente requerimento registado sob o n.º E/7472/2015, datado de 18/09/2015, apresentado por CARLOS ALBERTO BARROS, residente em Rua da Embra, n.º 2, Casa 4, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar uma vistoria à fração correspondente ao segundo andar direito do prédio sito na Rua Aníbal H. Abrantes, n.º 15, lugar de Casal do Malta, freguesia e concelho de Marinha Grande, face à existência de infiltrações nas paredes da dita fração, de modo a que possam ser aferidas as condições de segurança, higiene e salubridade.

Presente parecer dos serviços, datado de 27/04/2015, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 24/04/2015, a Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua Aníbal H. Abrantes, n.º 15, segundo andar direito, lugar de Casal do Malta, freguesia e concelho de Marinha Grande propriedade de CARLOS ALBERTO BARROS, residente em Rua da Embra, n.º 2, Casa 4, freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 14/10/2015, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

**Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Vasco Fernandes**

Membros suplentes:

**Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Dra. Eunice Marques**

NOTIFICAR a Administração do Condomínio, a sociedade MMC – Administração de Condomínios, Lda., da realização da vistoria.

INFORMAR a requerente, bem como a empresa a quem incumbe a administração do condomínio, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N. 3273/06, DATADO DE 22/09/2006 – PC N.º 385/03, DATADO DE 15/05/2003
– NOGUEIRA MATOS, LDA.**

648 - Presente processo de licenciamento referente à “*Operação de loteamento urbano com obras de urbanização*”, a que foi atribuído o número de processo 385/03, a levar a efeito num conjunto de prédios sítos no lugar de Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 13.404, 13.197, 13.196, 13.195 e 1.088, da freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por **NOGUEIRA MATOS, LDA.**, com o NIPC 502571411, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, n.º 9, r/c, Pombal, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2006/12/14.

Presente informação técnica datada de 2015/09/28, sobre o limite do prazo concedido à requerente para apresentar os projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do previsto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, 4 de junho, adiante RJUE.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/02/25, que propõe a declaração de caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da operação urbanística e,

1. Considerando que a interessada, **NOGUEIRA MATOS, LDA.**, com o NIPC n.º 502571411, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, n.º 9, r/c, Pombal, solicitou, em 2003/05/15, o pedido de licenciamento referente à “*Operação de loteamento urbano com obras de urbanização*”, a que foi atribuído o número de processo 385/03, a levar a efeito num conjunto de prédios sítos no lugar de Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 13.404, 13.197, 13.196, 13.195 e 1.088, da freguesia e concelho de Marinha Grande;
2. Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 2006/12/14, comunicado através do ofício n.º 66/2007, de 2007/01/17, rececionado em 2007/01/18, sendo que, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE, a requerente dispunha do prazo de seis meses para apresentar os projetos das especialidades aplicáveis.
3. Considerando que a requerente apresentou, a coberto do requerimento n.º 1291, datado de 2007/04/03, os projetos das especialidades referentes à operação urbanística;
4. Considerando que após a verificação dos projetos das especialidades apresentados, a requerente foi notificada a completar/corrigir os mesmos, através do ofício n.º 320/11, datado de 2011/04/19, não tendo até à data sido apresentadas os referidos elementos;
5. Considerando que a requerente devia ter apresentado/completado os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar da notificação da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura, e que não o fez - n.º 4 do art. 20.º do RJUE;
6. Considerando que nesta data estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura - n.º 6 art. 20.º do RJUE;

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do art. 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de junho, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar, a requerente, NOGUEIRA MATOS, LDA., com o NIPC n.º 502571411, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, n.º 9, r/c, Pombal, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da deliberação camarária datada de 2006/12/14 que aprovou o projeto de arquitetura, referente ao processo n.º 385/03, para a realização da “*Operação de loteamento urbano com obras de urbanização*”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**14 - REQ. N. 1410/14, DATADO DE 24/09/2014 – PC N.º 146/14, DATADO DE 06/05/2014
– MARIA AVENILDE BRANCO PEDROSA**

649 - Presente processo de licenciamento referente à “*Legalização da ampliação de moradia unifamiliar e alteração de muro*”, a que foi atribuído o número de processo 146/14, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7404 e omissa na matriz, apresentado por MARIA AVENILDE BRANCO PEDROSA, com o NIF 119 900 831, residente em Rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2014/06/19.

Presente deliberação camarária datada de 2015/07/23, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da referida operação urbanística.

Presente informação técnica datada de 2015/09/22, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido à requerente, sem que esta tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/09/22, que propõe a declaração de caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da operação urbanística, e tendo verificado que, depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, a requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que a interessada, MARIA AVENILDE BRANCO PEDROSA, com o NIF 119 900 831, residente em Rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, solicitou, em 2014/05/06, a “*Legalização da ampliação de moradia unifamiliar e alteração de muro*”, a que foi atribuído o número

de processo 146/14, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7404 e omissa na matriz;

2. Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 2014/06/19, comunicado através do ofício n.º 696/14, de 2014/06/24, rececionado em 2014/06/26;

3. Considerando que a requerente devia ter apresentado os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar da notificação da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura, ou seja em 2014/12/26, e que não o fez - n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;

4. Considerando que a falta de apresentação dos projetos das especialidades, no prazo referido, no antecedente ponto 3, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 2015/06/26 - n.º 6 do citado art. 20.º do RJUE;

5. Considerando que nesta data já decorreram os seis meses de suspensão, e que por esse facto estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura - n.º 6 art. 20.º do RJUE;

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do art. 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, DECLARAR A CADUCIDADE do ato que aprovou o projeto de arquitetura relativo ao pedido de licenciamento para a *“Legalização da ampliação de moradia unifamiliar e alteração de muro”*, a que foi atribuído o número de processo 146/14, a erigir em prédio urbano sito na Rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7404 e omissa na matriz, apresentado por MARIA AVENILDE BRANCO PEDROSA, com o NIF 119 900 831, residente em Rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, sem que a requerente apresentasse os respetivos projetos das especialidades.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - E/7508/2015 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA

650 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/7508/2015, datado de 15/09/2015, apresentado por CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., com o NIPC 501145923, com sede em Rua do Ferrador, n.º 11, freguesia de Paião e concelho de Figueira

da Foz, para abertura de vala numa extensão de 15,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica (ramal da EDP), a levar a cabo em **Praceta Afonso Lopes Vieira**, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente documento emitido pela EDP, concessionária do serviço público de energia elétrica, a atribuir qualificação à sociedade requerente para realização de obras na rede de distribuição de energia elétrica da EDP Distribuição.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 15/09/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 15,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Energia Elétrica, apresentado por CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., com o NIPC 501145923, com sede em Rua do Ferrador, n.º 11, freguesia de Paião e concelho de Figueira da Foz, a levar a cabo em Praceta Afonso Lopes Vieira, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.**
- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.**
- d) Deverão promover a suspensão dos trabalhos entre os dias 1 de julho e 31 de agosto, promovendo a desobstrução da via pública, em cumprimento ao disposto no artigo 94.º do RMEUMG.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - E/7419/2015 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA

651 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/7419/2015, datado de 11/09/2015, apresentado por **CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, com o NIPC 501145923, com sede em Rua do Ferrador, n.º 11, freguesia de Paião e concelho de Figueira da Foz, para abertura de vala numa extensão de 15,00 metros de calçada, para realização

de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica (ramal da EDP), a levar a cabo em **Travessa da Fonte Velha** lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente documento emitido pela EDP, concessionária do serviço público de energia elétrica, a atribuir qualificação à sociedade requerente para realização de obras na rede de distribuição de energia elétrica da EDP Distribuição.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 15/09/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 15,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Energia Elétrica, apresentado por CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., com o NIPC 501145923, com sede em Rua do Ferrador, n.º 11, freguesia de Paião e concelho de Figueira da Foz, a levar a cabo em Travessa da Fonte Velha lugar de Embra,, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - E/7313/2015 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL

652 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/7313/2015, datado de 08/09/2015, de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala numa extensão de 60,00 metros de betuminoso, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em **Rua Santos Barosa**, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 15/09/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 60,00 metros de betuminoso, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, apresentado por LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., com o NIPC 502761024, a levar a cabo em Rua Santos Barosa, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar previa e atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 1140/15, DATADO DE 14/08/2015 – PC N.º 306/2015, DATADO DE 14/08/2015 – RIBERMOLD LDA.

653 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1140/15, datado de 14-08-2015, de RIBERMOLD LDA., com NIPC 502256087 e sede na Rua da Marinha Pequena, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial destinado à fabricação, reparação, comércio, importação e exportação de moldes para a indústria de plásticos, prestação de serviços na verificação e testes de moldes e injeção de matérias plásticas e embalagens, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou

ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, **Ribermold, Lda**, com o NIPC 502256087, com sede na rua da Marinha Pequena, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na ampliação do seu estabelecimento industrial, sito naquela morada.

Considerando que:

- Ribermold, Lda, com sede na rua da Marinha Pequena, freguesia e concelho da Marinha Grande, com o NIPC 502256087, possui um estabelecimento industrial, sito nessa morada, destinado à fabricação, reparação, comércio, importação e exportação de moldes para a indústria de plásticos, prestação de serviços na verificação e testes de moldes e injeção de matérias plásticas e embalagens;
- Esse estabelecimento industrial possui uma área de construção licenciada para indústria com 3.898,50 m², e a interessada pretende ampliá-lo em 4.656,00 m²;
- A ampliação pretendida situa-se em “área não urbanizável”, classificada pela Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande como “espaço agroflorestal”, pelo que viola a alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento daquele Plano, por apresentar um afastamento, à extrema lateral nascente, inferior à distância mínima de 15 m, prevista naquela norma;
- A empresa em apreço começou, à semelhança de muitas outras situadas no concelho, a sua atividade com poucas condições logísticas e com apenas dois trabalhadores;
- Com o tempo essas condições melhoraram, tendo a interessada apostado no investimento em equipamento de alta tecnologia, de modo a rentabilizar os custos de produção e a substituição gradual do equipamento antigo;
- Em 2013 as suas instalações foram ampliadas com o objetivo de aí instalar 3 máquinas de injeção para testes de moldes – evitando o recurso a outras empresas para esse efeito - e para produção de séries de peças;
- Na atualidade tem ao seu serviço 82 trabalhadores;
- A interessada pretende produzir moldes de grande dimensão, destinando-se a ampliação em causa à instalação do sistema de produção dos mesmos e à armazenagem de peças plásticas produzidas;
- Segundo a interessada, no ano de 2013 o montante da sua faturação ascendeu a 3.982.729,00 euros, sendo que 90% diz respeito a exportação direta e a restante percentagem ao mercado interno e, no ano de 2014 foi de 4.081.32,00 euros, da qual 92% diz respeito a exportação direta e a restante percentagem ao mercado interno;
- A ampliação permitirá criar 10 a 15 postos de trabalho no setor da maquinaria e 3 no setor dos plásticos;
- A deslocalização da empresa implicaria - para além dos custos envolvidos para o efeito, que de acordo com cálculos estimados pela interessada ascenderiam aos 3.325.950 euros –

a suspensão temporária da sua atividade, com penalizações pelo atraso nos prazos de entrega ou até mesmo perda de clientes, nomeadamente no exigente setor automóvel, para o qual trabalha;

- O historial da empresa é demonstrativo da sua preocupação em apostar em novas condições de trabalho, em investir em novas tecnologias e em criar emprego, de modo a poder acompanhar as exigências do mercado;

- É uma empresa exportadora, que pretende diminuir custos e crescer, mas que se vê confinada aos limites físicos impostos pelas suas atuais instalações;

- A exportação é, sem dúvida, um motor da nossa economia;

- Esta empresa, tais como outras existentes no concelho, cria riqueza, emprego, contribui para o bem-estar e para a fixação da população no território da Marinha Grande, pelo que a ampliação, que a interessada pretende executar, contribui para essas finalidades, sendo inquestionável que a mesma assume, por isso, um relevante interesse público municipal;

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento industrial sito na rua da Marinha Pequena, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de Ribermold, Lda, com o NIPC 502256087 e sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante à distância às extremas e por se encontrar no espaço agro-florestal”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 82 trabalhadores, com equipamento de alta*

tecnologia, que factura 4M€ praticamente tudo para exportação para a exigente indústria automóvel e electrónica, com as outras que aqui analisámos.

d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.

e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

19 - REQ. N. 1153/15, DATADO DE 17/08/2015 – PC N.º 310/2015, DATADO DE 17/08/2015 – 3DJR, UNIPESSOAL, LDA.

654 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1153/15, datado de 17-08-2015, apresentado por **3DJR, UNIPESSOAL, LDA.**, com o NIPC 507920708, com sede na Rua Central, n.º 35, Moinho de Cima, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento sito no n.º 44 daquela rua, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades

competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, **3DJR, Unipessoal, Lda.**, com sede na rua Central, n.º 35, Moinho de Cima, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial, sito no n.º 44 daquela rua, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade **3DJR, Unipessoal, Lda.**, com o NIPC 507920708, com sede na rua Central, n.º 35, Moinho de Cima, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento industrial, no n.º 44 da mesma rua e freguesia, onde são fabricados elétrodos de grafite, utilizados pelos fabricantes de moldes na formação de cavidades moldantes, através do processo de eletroerosão;
- O estabelecimento em causa possui 294,00 m2 de construção, sendo que, apenas 158,00 m2 se encontram licenciados por esta Câmara Municipal e os restantes 136,00 m2 foram executados sem qualquer licenciamento;
- Com a ampliação efetuada ao estabelecimento o índice de construção bruto passou a ser de 0,42, pelo que viola o n.º 10 do artigo 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, que prevê para o local um índice de construção bruto apenas de 0,25;
- A especialização atingida neste setor, resultante da robotização que entretanto implementou, permite-lhe fornecer não só empresas do concelho, como também nacionais e estrangeiras;
- A interessada começou a laborar, em 2006, num espaço com poucas condições e com um único trabalhador (sócio único da empresa);
- Nos anos seguintes fez vários investimentos em centros de maquinaria e num robot de carga, melhorando, desta forma, a sua capacidade produtiva;
- De acordo com a interessada, a ampliação que efetuou, sem prévio licenciamento, destinou-se a criar outros espaços de trabalho - nomeadamente um escritório, uma sala de projeto e uma cobertura de logradouro - de modo a preservá-los, nos dois primeiros casos, das poeiras abundantes que resultam da produção de elétrodos de grafite, mas também de modo a libertar espaço no pavilhão fabril para instalar uma máquina de controlo dimensional, integrada na célula robotizada;
- No ano de 2013 a sua faturação foi de 271.478,92 euros, sendo que 40% da mesma proveio do mercado nacional e a restante das exportações e no ano de 2014 ascendeu aos 284.957,45 euros (20% resultou de exportações e a restante percentagem do mercado interno);
- A empresa tem ao seu serviço 3 trabalhadores e pretende recrutar mais 2;
- A sua deslocalização implicaria custos elevados - num montante estimado pela interessada de 426.600 euros - e provocaria a suspensão temporária da sua atividade, facto que não se compadece com os prazos de entrega aos clientes a que se encontra vinculada;
- A ampliação destinou-se a criar melhores condições de trabalho, preservar a saúde dos seus colaboradores e instalar equipamento de ponta;

- A empresa em causa desenvolve a sua atividade num setor especializado, que assume uma importância vital na cadeia produtiva de outras empresas, permitindo que se fabriquem moldes de alta qualidade;
- A ampliação descrita garante a modernização da empresa, o acompanhamento, pela mesma, da evolução tecnológica, simultaneamente, cria melhores condições de higiene e segurança dos seus trabalhadores, circunstâncias que devem ser reconhecidas como de relevante interesse público municipal;
- Cabe, ao Município, criar as condições para que as empresas do concelho, enquanto motores da economia local, se desenvolvam;

Face a todo o circunstancialismo descrito, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento industrial sito na rua Central, n.º 44, Moinho de Cima, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de 3DJR, UNIPessoal, LDA, com o NIPC 507920708 e sede no n.º 35 daquela rua.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante ao índice de construção”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 3 trabalhadores, produzindo eléctrodos de grafite, que factura 280.000 €, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 01/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de "interesse público municipal", de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Camara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma."

20 - REQ. N. 1217/15, DATADO DE 27/08/2015 – PC N.º 329/2015, DATADO DE 27/08/2015 – PLIMAT – PLÁSTICOS INDUSTRIAIS MATOS, S.A.

655 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1217/15, datado de 27-08-2015, em nome de **PLIMAT – PLÁSTICOS INDUSTRIAIS MATOS, S.A.**, com o NIPC 500777446, com sede na Rua da Alemanha, lote n.º 35, Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial destinado ao fabrico de artigos de plástico (acessórios para canalização), sito naquela mesma morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma. O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, PLIMAT – PLÁSTICOS INDUSTRIAIS MATOS, S.A., com o NIPC 500777446, com sede na Rua da Alemanha, lote n.º 35, Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara

Municipal, na ampliação do seu estabelecimento industrial destinado ao fabrico de artigos plásticos, sito naquela mesma morada.

Considerando que:

- A sociedade **Plimat – Plásticos Industriais Matos, S.A.**, NIPC 500777446, com sede na Rua da Alemanha, lote n.º 35, Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento, na mesma morada, destinado ao fabrico de plásticos (acessórios para canalização);
- O referido estabelecimento possui uma área de implantação de 13.505,00 m² e uma área de construção de 14.255,00 m², sendo que 5.260,00 m² dessa área, utilizados como armazém, não foram licenciados por esta Câmara Municipal;
- Para além da ampliação que a interessada já executou, sem prévio licenciamento, pretende, a mesma, proceder a uma nova ampliação com a área de 832,00 m²;
- A área construída sem licenciamento apresenta, em conjunto com a edificação licenciada, um índice de ocupação de 0,545, quando o índice máximo é de 0,5; possui uma volumetria de construção de 5,45 m³/m² da área do lote, quando a máxima é de 5 m³/m²; situa-se à extrema lateral do lote, quando deveria distar, no mínimo, 7,50 m da mesma; encontra-se afastada 12 m do limite frontal confinante com a Rua da Alemanha, quando o mínimo é de 15 m; a área impermeabilizada do lote é de 71% da sua área total, quando não deveria ultrapassar os 65%, pelo que viola as alíneas a), b), d), f) e g), respetivamente, todas do artigo 2.º do Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande;
- A ampliação pretendida irá agravar o incumprimento das normas referidas anteriormente, no que respeita ao índice de ocupação e à volumetria de construção, previstos, respetivamente, nas alíneas a) e b) do artigo 2.º do referido Regulamento, que apresentarão, no caso do índice de construção, o valor de 0,578 e no caso da volumetria 5,78 m³/m² da área do lote;
- A ampliação que a interessada pretende efetuar tem em vista albergar um misturador e um moinho com capacidade para reciclar todo o material rejeitado pela produção;
- De acordo com a interessada essa ampliação será dotada de boas condições de insonorização e renovação de ar, o que permitirá melhorar, substancialmente, as condições ambientais e favorecerá as condições de trabalho;
- A sua faturação ascendeu, em 2013, a 12.759.898,00 euros, sendo que 76,81% dessa produção se destinou a exportação e em 2014, foi de 13.442.632,00 euros, sendo que 75,23% dessa faturação corresponde ao volume de exportação;
- Os seus produtos são exportados para os continentes europeu, asiático, africano, americano e australiano;
- Uma deslocalização da empresa ascenderia, de acordo com custos estimados pela interessada, a um montante de 10 milhões de euros, valor incomportável para a empresa, tendo em conta o investimento já efetuado no local onde a mesma se encontra implantada;
- A unidade industrial, ao situar-se numa Zona Industrial, encontra-se num local apropriado e privilegiado para o desenvolvimento da sua atividade;
- A empresa tem ao seu serviço 88 trabalhadores;
- Tanto a ampliação já efetuada, como a que a requerente pretende efetuar, destinam-se a criar melhor condições de produção, de trabalho e ambientais, fatores decisivos para

manter ou, mesmo, melhorar o nível de qualidade que caracterizam os produtos da empresa e, ainda, garantir a manutenção dos seus postos de trabalho;

- Todos esses fatores contribuem para a criação de riqueza, beneficiando, desta forma, a economia local, pelo que as ampliações em causa são de manifesto interesse municipal;

Por todo o circunstancialismo descrito, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal nas referidas ampliações, efetuada e a efetuar, no estabelecimento industrial, sito na rua da Alemanha, lote n.º 35, Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de PLIMAT – PLÁSTICOS INDUSTRIAIS MATOS, S.A., com o NIPC 500777446, com sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante ao índice de ocupação e volumetria, e nas extremas”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 88 trabalhadores, que factura mais de 13M€ praticamente tudo para exportação para os cinco continentes, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
01/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Camara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

21 - REQ. N. 1151/15, DATADO DE 17/08/2015 – PC N.º 309/2015, DATADO DE 17/08/2015
– PLAFAM - PLANEAMENTO E FABRICAÇÃO DE MOLDES, LDA

656 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1151/15, datado de 2015/08/17, apresentado por **PLAFAM - PLANEAMENTO E FABRICAÇÃO DE MOLDES, LDA**, com o NIPC 501456228, com sede em Vale de Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento, sito na mesma morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro e n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, a sociedade **PLAFAM - PLANEAMENTO E FABRICAÇÃO DE MOLDES, LDA**, com sede em Vale de Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial, sito na morada da sua sede, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade **Plafam - Planeamento e Fabricação de Moldes, Lda**, com sede em Vale de Picassin, freguesia e concelho da Marinha Grande, com o NIPC 501456228, possui um estabelecimento industrial, sito nessa morada, destinado à fabricação e comercialização de moldes para plásticos;
- Esse estabelecimento possui uma área de construção licenciada de 1.326,00m², a que acresce uma área não licenciada com 110,00m², num total de 1.436,00m²;
- A interessada pretende, ainda, para além da ampliação de 110,00m², destinada ao estacionamento de veículos, que já executou, proceder a uma outra ampliação, com a área de 559,00m²;
- A empresa fabrica moldes de diversas espécies que vão desde os mais simples, para utilidades domésticas, até aos mais complexos e exigentes que se destinam à indústria automóvel ou eletrónica;
- A ampliação que a interessada pretende executar visa a instalação de equipamento pesado para dar resposta a diversos projetos que pretende desenvolver, ligados à indústria automóvel;
- A unidade industrial situa-se numa área abrangida por uma restrição de utilidade pública - Reserva Ecológica Nacional (REN) – que interdita, salvo nos casos expressamente previstos na lei, as ações que se traduzam em construções ou ampliações – alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua redação atual;
- De acordo com o n.º 4 do artigo 10.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (RPDMMG), só são admitidas ampliações, por uma única vez, de construções existentes e anteriores à data da sua publicação, erigidas em áreas abrangidas pela REN, desde que não excedam 25% da área construída e não ultrapassem os 50,00 m²;
- A ampliação que a interessada pretende efetuar não é a primeira, uma vez que já se encontra executada uma outra, com 110,00m²;
- Com essa ampliação é excedida a referida percentagem de 25% da área construída;
- No seu conjunto as ampliações em causa - a futura e a já executada - ultrapassam a dimensão de 50,00m², pelo que é violado o citado n.º 4 do artigo 10.º do RPDMMG;
- A interessada iniciou a sua atividade em 1984, com 9 trabalhadores;
- Nos anos que se seguiram esse número foi aumentando sendo que, na atualidade, encontram-se ao seu serviço 32 trabalhadores;
- A criação de novas condições de trabalho possibilitará, segundo a interessada, a contratação de novos trabalhadores, num número que poderá variar entre os 6 e os 8;
- O volume da faturação foi de 1.533.030,11 euros no ano de 2013 e de 1.270.066,28 euros, no ano de 2014;
- A interessada não pondera deslocalizar a empresa, face aos elevados custos dessa operação, que ascenderiam, de acordo com a mesma, a um montante estimado de 1.249.600 euros e obrigaria à suspensão da sua atividade, o que implicaria atrasos na entrega das encomendas aos clientes;
- A ampliação futura, com 559,00 m², destina-se a criar condições para que a empresa possa dar um impulso à sua atividade e dedicar-se à produção de moldes de grandes dimensões;
- As empresas deste concelho, da qual faz parte a interessada, são o motor da economia local;

- O incremento na produção e a criação de emprego, que a ampliação em causa possibilita, repercutem-se na economia local e no bem-estar social e constituem circunstâncias que devem ser consideradas de interesse público municipal;

Nessa medida, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro e n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal, tanto da ampliação de 110,00 m2, já executada, como daquela que pretende executar com 559,00 m2, do estabelecimento industrial, destinado à fabricação de moldes para plásticos, sito em Vale de Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de PLAFAM - PLANEAMENTO E FABRICAÇÃO DE MOLDES, LDA, com o NIPC 501456228, e sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante à localização em REN”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 30 anos e 32 trabalhadores, que factura praticamente 1,5M€ praticamente tudo para exportação e para a indústria automóvel, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a*

sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Camara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

22 - REQ. N. 1096/15, DATADO DE 07/08/2015 – PC N.º 288/2015, DATADO DE 07/08/2015 – INJECT FORM – EMPRESA DE PLÁSTICOS, LDA.

657 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1096/15, datado de 2015-08-07, apresentado por **INJECT FORM – EMPRESA DE PLÁSTICOS, LDA.**, com o NIPC 506490890, e sede na Rua do Repouso, Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e ampliação do seu estabelecimento industrial destinado a importação, exportação, representação, fabricação e comercialização de plásticos e moldes, sito naquela mesma morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização **Inject Form – Empresa de Plásticos, Lda**, com o NIPC 506490890, com sede na Rua do Repouso, Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na regularização e ampliação do seu estabelecimento industrial, sito naquela mesma morada.

Considerando que:

- **Inject Form – Empresa de Plásticos, Lda**, com sede na Rua do Repouso, Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento industrial, sito na

mesma morada que se dedica à importação, exportação, representação, fabricação e comercialização de plásticos e moldes;

- O edifício onde se encontra instalada a unidade industrial foi licenciado por esta Câmara Municipal para armazém;

- O referido edifício apresenta uma área de implantação de 1.441,00 m² e uma área de construção de 1.559,00 m² e situa-se numa área, designada pelo Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (PDMMG), como “agro-florestal”;

- O estabelecimento em causa não possui as infraestruturas básicas de abastecimento de água ou de drenagem de águas residuais, violando, desta forma a alínea c) do n.º 5 do artigo 10.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (RPDMMG);

- Para além de regularizar a sua unidade industrial, a interessada pretende proceder a uma ampliação da mesma em 956,00 m²; - A ampliação pretendida, por sua vez, não respeita a alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do RPDMMG, dado que a distância do edifício à extrema poente do terreno é de 2,58m e à extrema nascente de 4,00m medidas que, violam a alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento do PDM, por não respeitarem a distância mínima aí prevista de 15,00m, contados a partir do edifício, até aos limites do terreno;

- Uma das principais atividades da empresa diz respeito à experimentação de moldes metálicos (verificação de funcionamento e qualidade dos mesmos), fabricados em unidades do concelho da Marinha Grande e de Leiria;

- Para desenvolver este tipo de trabalho a interessada possui diversas máquinas de injeção com diferentes capacidades;

- Com vista a rentabilizar este tipo de equipamento a empresa passou a dedicar-se, também, à produção de artigos em plástico, destinados, nomeadamente, à utilização doméstica, à decoração, à eletrónica, ao uso médico e à indústria automóvel;

- A produção em série de peças em plástico adquiriu, de acordo com a interessada, um peso importante na faturação sendo os mercados suíço, francês e alemão os principais destinatários;

- Com o incremento da sua produção, a interessada tem sido confrontada com a falta de espaço para armazenar o produto final que é exportado para países como a Suíça, França e Alemanha;

- Gradualmente e à medida que se foi desenvolvendo, aumentou o seu parque de equipamentos e o número de trabalhadores;

- Atualmente possui 12 máquinas de injeção e 5 trabalhadores ao seu serviço, em contraposição aos 2 trabalhadores que empregava em 2003, data do início da sua atividade;

- O volume de faturação no ano de 2013 ascendeu aos 259.213,76 euros e no ano de 2014 aos 263.505,97 euros;

- Segundo a interessada, essa ampliação permitirá a criação de 5 novos postos de trabalho e possibilitará o incremento da produtividade e a capacidade para responder a eventuais oportunidades de novos negócios;

- A deslocalização da empresa implicaria, de acordo com a interessada, custos elevados e incomportáveis, na ordem de 1.075.900,00 euros;

- A ampliação das instalações permitirá, não só, a criação de novos postos de trabalho, numa época em que a taxa de desemprego continua elevada, mas também o aumento da produtividade e proporcionará a aposta em novos investimentos, circunstâncias que devem

ser reconhecidas de inegável interesse público municipal, por contribuírem para o desenvolvimento económico do concelho;

Por todo o circunstancialismo descrito, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e ampliação do estabelecimento industrial destinado à importação, exportação, fabricação e comercialização de plásticos e moldes, sito na Rua do Repouso, Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de INJECT FORM – EMPRESA DE PLÁSTICOS, LDA., com o NIPC 506490890 e sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante às extremas”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa de experiência de moldes, com 5 trabalhadores, que factura 260.000€, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido*

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
01/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

*critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma
avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

*Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Camara Municipal não
ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público
municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”*

**23 - REQ. N. 1287/15, DATADO DE 10/09/2015 – PC N.º 360/2015, DATADO DE
10/09/2015 – MOLIPOREX – MOLDES PORTUGUESES, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO,
S.A.**

658 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1287/15, datado de 2015-09-10, apresentado por **MOLIPOREX – MOLDES PORTUGUESES, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, S.A.**, com o NIPC 501654984, e sede na Estrada de Leiria, n.º 212, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial, que se destina à fabricação e comércio de moldes para injeção de termoplásticos, sito naquela mesma morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização **Moliporex – Moldes Portugueses, Importação e Exportação S.A.**, com o NIPC 501654984, e sede Estrada de Leiria, n.º 212, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na ampliação do seu estabelecimento industrial, sito naquela mesma morada.

Considerando que:

- **Moliporex – Moldes Portugueses, Importação e Exportação S.A.**, com o NIPC 501654984, com sede na Estrada de Leiria, n.º 212, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento, na mesma morada, que se destina à fabricação e comércio de moldes para injeção de termoplásticos;
- O referido estabelecimento, situa-se na zona industrial da Marinha Pequena e tem uma área de implantação de 1.788,00 m² e de construção de 2.388,00 m², sendo que 40,00 m² dessa construção foram executados sem prévio licenciamento por parte desta Câmara Municipal.
- Essa ampliação destinou-se a criar um anexo técnico de apoio à nave industrial;
- Em decorrência dessa ampliação a unidade industrial passou a distar apenas 1,85 m da extrema lateral nascente do prédio, quando deveria estar afastada em 3,00 m, tal como impõe a alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (RPDMMG);
- O afastamento à extrema lateral poente do prédio encontra-se apenas a 2,75 m, pelo que viola, igualmente, a referida alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do RPDMMG.
- A interessada especializou-se na produção de moldes e componentes injetados de alta qualidade para a indústria automóvel, eletrónica, embalagem e médica;
- Exporta, quase na totalidade, a sua produção para países como a Alemanha, Inglaterra, Espanha, Suécia, Finlândia, Áustria, Brasil, Rússia e Estados Unidos da América;
- No ano de 2013 a sua faturação ascendeu aos 12.623.707,64 euros e, no ano de 2014, aos 13.100.584,35 euros;
- A empresa tem ao seu serviço 28 trabalhadores;
- A deslocalização implicaria custos avultados e desproporcionados face à dimensão da área que se pretende regularizar;
- A ampliação em causa (anexo técnico), enquanto construção que integra a referida unidade industrial, contribui para o crescimento da empresa e para o importante papel que a mesma assume no contexto económico do concelho, não apenas por integrar o grupo Vangest, conhecido por concentrar empresas inovadoras, multidisciplinares e que utilizam tecnologia de ponta, mas também porque cria emprego e riqueza, fatores que assumem um relevante interesse público municipal, que deve ser reconhecido;

Por todo o circunstancialismo descrito, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento industrial destinado à fabricação e comércio de moldes para injeção de termoplásticos sito na Estrada de Leiria, n.º 212, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de MOLIPOREX – MOLDES PORTUGUESES, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, S.A., com o NIPC 501654984, e sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) *Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante às extremas”*
- b) *O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) *Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 28 trabalhadores, que factura mais de 13M€, em moldes para a indústria automóvel para exportação, com as outras que aqui analisámos.*
- d) *Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) *Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

24 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

659 - O Clube Desportivo da Moita, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído realização de concerto com banda cover's nos dias 3 e 4 de outubro de 2015.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 01/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído realização da Festa da Padroeira nos dias 9, 10 e 11 de outubro de 2015;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados.

A Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído realização da actividade Viver com M Grande 2015 no dia 10 outubro de 2015;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;

Presentes informações nºs 71/SN, 72/SN e 73/SN de 28 de setembro de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar O Clube Desportivo Moitense, a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marinha Grande e a Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO – ARTIGO 20.º, N.º 2 DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES – PROPOSTA DE DECISÃO FINAL DE INDEFERIMENTO – SAMUEL ASSUNÇÃO SIMÕES

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
01/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

660 - Através do requerimento E/3635/2015, 28 de abril de 2015, Samuel Assunção Simões solicitou a atribuição de um lugar para o exercício da venda ambulante de waffles, numa banca amovível com 2 m2, em local privado junto ao estabelecimento de restauração denominado “Flor do Lis”, na Praia de Vieira de Leiria. No seguimento da informação do Gabinete de Atendimento ao Município n.º 1/890/2015, de 01 de julho de 2015, a Câmara Municipal, na reunião ordinária do dia 23 de julho de 2015, deliberou notificar o requerente do projeto de decisão de indeferimento.

Através do ofício S/2575/2015, datado de 27/07/2015, o requerente foi notificado da decisão camarária e que dispunha do prazo de 10 dias úteis para se pronunciar sobre o projeto de indeferimento.

No prazo da audiência prévia não foram apresentadas quaisquer alegações.

Pelo exposto, a Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos constantes na informação n.º 1/1229/2015, que se dá por integralmente reproduzida e se anexa à presente ata (Anexo 1), deliberou indeferir o pedido de autorização para o exercício da venda ambulante em local fixo junto ao estabelecimento de restauração denominado “Flor do Lis”, na Praia de Vieira de Leiria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO – ARTIGO 20.º, N.º 2 DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES – PROPOSTA DE DECISÃO FINAL DE INDEFERIMENTO – LUÍS ANTÓNIO JORGE VARALONGA

661 - Luís António Jorge Varalunga veio, através de requerimento com registo de entrada E/3071/2015, de 8 de abril de 2015, requerer autorização para o exercício da venda ambulante de flores, em local fixo, no prédio sito em Barqueiro, Vieira de Leiria. No seguimento da informação do Gabinete de Atendimento ao Município n.º 1/890/2015, de 01 de julho de 2015, a Câmara Municipal, na reunião ordinária do dia 23 de julho de 2015, deliberou notificar o requerente do projeto de decisão de indeferimento.

Através do ofício S/2576/2015, datado de 27/07/2015, o requerente foi notificado da decisão camarária e que dispunha do prazo de 10 dias úteis para se pronunciar sobre o projeto de indeferimento.

No prazo da audiência prévia não foram apresentadas quaisquer alegações.

Pelo exposto, a Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos constantes na informação n.º 1/1229/2015, que se dá por integralmente reproduzida e se anexa à presente ata (Anexo 1), deliberou indeferir o pedido de autorização para

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 01/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

exercício da venda ambulante de flores, em local fixo, no prédio sito em Barqueiro, Vieira de Leiria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

662 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...).”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de

dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3,

4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.
- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.
- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.
- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - ALIENAÇÃO DO LOTE DE TERRENO EM VIEIRA DE LEIRIA - PERDA DO EFEITO DA ARREMATACÃO E DO DIREITO AO SINAL PAGO

663 - Presente informação n.º 1/2409/2013, de 05/12/2013 do Serviço de Património.

Por deliberação camarária de 15/03/2012, foi determinado a abertura de procedimento de hasta pública para alienação do lote de terreno com a área de 470 m², sito em Vieira de Leiria, cujas condições da hasta pública, devidamente aprovadas pela mesma deliberação camarária, constam do edital nº 12/DGF/2012, que se anexa, sendo que em 18/04/2012, foi pago pelo adjudicatário, a título de sinal, 20% do valor da venda.

Por deliberação camarária de 24/05/2012, foi determinada a adjudicação definitiva da alienação ao Clube Motard Motabout de Vieira de Leiria, com o contribuinte n.º 504945980.

Depois de várias notificações a entidade logrou pela entrega dos documentos que permitiam a celebração da escritura de compra e venda, mas não diligenciou pelo agendamento da escritura apesar da insistência da autarquia.

Efetivamente foram pedidos esclarecimentos pela entidade adjudicatária, relativos à inscrição do terreno na matriz predial, sendo que todas as dúvidas colocadas foram devidamente esclarecidas pelos serviços do Município, tendo sido, inclusivamente, efetuados contactos junto do serviço de Finanças da Marinha Grande de modo a esclarecer de forma cabal todas as questões colocadas.

Apesar de todos os esclarecimentos prestados, nunca a entidade aceitou a marcação da escritura de compra e venda e vem informar, depois de nova notificação da autarquia em 09/10/2013, que não pretende a concretização da alienação mas solicita a devolução do valor do sinal.

Considerando que de acordo com o ponto 17 do edital nº 12/DGF/2012, a realização da escritura de compra e venda deve efetuar-se no prazo de sessenta dias úteis a contar da data da adjudicação definitiva e que esgotado este prazo a arrematação ficará sem efeito perdendo o adjudicatário o valor do sinal pago.

Considerando que nos termos do ponto 19 do mesmo edital, o não cumprimento pelo adjudicatário dos procedimentos ou obrigações nele previsto, implica a perda de quaisquer direitos eventualmente adquiridos sobre o imóvel, bem como das importâncias já entregues.

Apesar do exposto e sendo inequívoco o efeito previsto nas condições da hasta pública aceites pela associação, mas considerando que:

- o Clube Motard Motabout de Vieira de Leiria é uma associação privada sem fins lucrativos;

- o Clube está sediado na freguesia de Vieira de Leiria onde desenvolve um conjunto de ações que contribuem para o desenvolvimento turístico da freguesia e do concelho;
- o Clube é um agente ativo e dinâmico na realização das suas missões que contribuem para o progresso económico da freguesia e do concelho;
- não há registo de qualquer incumprimento anterior por parte do Clube com o Município;
- é imperioso manter e reforçar os laços de colaboração entre os clubes e associações com a Câmara Municipal;
- não existem prejuízos diretamente provocados pela não realização da escritura pública, na medida em que não foi até ao momento intenção da autarquia promover nova hasta pública para alienação daquele prédio;
- a restituição do sinal pago pelo clube não impede a normal prossecução das atribuições municipais, não sendo por isso lesiva do interesse municipal;
- os efeitos decorrentes dos procedimentos pré-contratuais podem ser reavaliados pelo órgão que os fixou, em função da ponderação concreta do interesse público que lhe cabe prosseguir, salvaguardando a proteção dos agentes locais cuja atividade não prossegue fins lucrativos;

A Câmara Municipal, a título excecional e ante os considerandos antecedentes, delibera, de acordo com a alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dar sem efeito, por desistência do arrematante, a adjudicação objeto da deliberação camarária n.º 315, de 24 de maio de 2012, e consequentemente delibera que se proceda à restituição do sinal pago pelo Clube Motard Motabout de Vieira de Leiria, NIPC 504945980.

Mais delibera que a segunda parte da presente deliberação apenas produza efeitos jurídicos no dia útil seguinte à competente tramitação financeira, de acordo com o artigo 157.º, alínea c), do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e nove de setembro de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
01/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

Disponibilidades”: 9.127.381,96 € (nove milhões, cento e vinte e sete mil, trezentos e oitenta e um euros e noventa e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Vice-Presidente interrompeu a reunião pelas 12:45 horas, para almoço.

Foi retomada pelas 14:15 horas, com a presença de todos os membros do executivo, para apresentação do ponto 30 da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

30 - APRESENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA MARINHA GRANDE PARA CONHECIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Apresentação às 14:30, pelo Dr. Paulo Madruga, da empresa Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores Lda., ao Exmo. Executivo, de documento que responde ao convite para apresentação da candidatura do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, visando contratualizar com o Programa Operacional Regional as Prioridades de Investimento inscritas no Eixo Urbano.

Depois de terminada a apresentação, o Dr. Paulo Madruga esclareceu as questões técnicas colocadas pelos Srs. Vereadores.

Os **Srs. Vereadores** da oposição agradeceram as explicações, e mostraram de forma veemente o seu descontentamento político pela forma como o processo foi conduzido e pelo facto de serem confrontados com um facto consumado, sem que tenham podido dar ideias e contributos, quando todos sempre se mostraram disponíveis para aqui virem quando tal lhes é solicitado.

O **Sr. Vice-Presidente** disse que se constata ser unânime que a regeneração urbana é necessária, daí o surgimento desta candidatura. O Presidente da Câmara foi informado desta candidatura no final de julho e é quando foi adjudicado este trabalho. A empresa teve menos de um mês para apresentar o trabalho e submeter a candidatura. O prazo desta entrega também esteve muito limitado. Pediu desculpas em nome do Sr. Presidente da Câmara, deixando aqui os *timings* para apresentação.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
01/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 24

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

664 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Vice-Presidente encerrou a reunião eram 17:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Vice-Presidente

A Secretária da reunião